

Palocci: déficit de estatais não compromete meta

31 MAR 2004

Para o ministro, saldo negativo de R\$ 3,7 bi em fevereiro é 'um fenômeno de início de ano'

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA - O saldo negativo nas contas das empresas estatais em fevereiro é "um fenômeno de início de ano", que não vai pôr em risco o cumprimento das metas fiscais do governo. Foi o que garantiu ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. "O compromisso fiscal é 'o' compromisso", afirmou. "É o pilar fundamental. Se ele ruir, não conseguiremos atingir nosso objetivo de crescer e distribuir renda."

Em fevereiro, as empresas estatais federais tiveram um déficit de R\$ 3,7 bilhões, o maior na série histórica do Banco Central, que começou em 1991. Como as estatais estaduais e municipais tiveram superávit, o saldo do conjunto das empresas estatais foi negativo em R\$ 3,2 bilhões. O Banco Central atribuiu o resultado negativo ao pagamento de dividendos de R\$ 3,3 bilhões, dos quais R\$ 1,1 bi-



Fotos: Ed Ferreira/AE

Se o pilar fiscal ruir, não conseguiremos crescer nem distribuir renda

O sistema de metas de inflação é cheio de defeitos, mas os outros sistemas são ainda piores

Triste do governo que não recebe pressão. Muitas vezes é porque não tem governo

Antonio Palocci, ministro da fazenda

lhão foi destinado ao governo federal.

"Elas tiveram déficit primário, em particular no setor de petróleo", disse Palocci. "Isso ocorreu por causa da distribuição de dividendos." De acordo com o

Banco Central, no ano passado os dividendos foram pagos em abril.

Neste ano, houve antecipação. "Assim como ela fez déficit com o pagamento de dividendos, em outro momento fará superávit

maior", tranquilizou Palocci. "Ao longo do ano, a trajetória se ajusta."

A meta do governo é terminar o ano com um superávit primário (diferença entre receitas e despesas, sem considerar os gastos

com juros) equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse resultado deve ser atingido pelo conjunto formado pelos governos federal, estaduais, municipais e empresas estatais.

FMI - O ministro jogou um balde de água fria nas expectativas dos que defendem a exclusão de todos os investimentos das empresas estatais do cálculo do resultado fiscal, para efeitos de cumprimento de metas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele explicou que o Fundo e o Banco Mundial concordam com a exclusão, desde que ela atinja a empresa estatal inteira, e não só as suas despesas com investimento.

"Para alguns países, isso é vantajoso, para o Brasil é desvantajoso", disse Palocci. No caso brasileiro, as empresas estatais contribuem para atingir a meta fiscal. Os organismos internacionais, segundo o ministro, não concordam em criar regras específicas para cada País.

Não foi abandonada, porém, uma outra discussão: a de como contabilizar, no resultado fiscal, os investimentos públicos que sejam rentáveis, no caso aqueles que se destinam a obras de infra-estrutura. Por produzirem resultado, esses gastos têm impacto diferente no resultado primário. Por isso, foi criada, para o Brasil, uma regra especial para os investimentos em saneamento básico.